



Secretaria de Relações Institucionais (SRI)
Assessoria Especial

Agenda União e Reconstrução

Em 2023, o poder Executivo e o Congresso Nacional obtiveram importantes vitórias com a aprovação de um conjunto de medidas elaboradas para restaurar o ambiente institucional, reforçar os pilares democráticos, retomar as condições para o desenvolvimento e garantir a efetividade das políticas sociais.

Há pouco mais de um ano, os poderes constituídos se uniram para reafirmar a democracia brasileira e rechaçar qualquer aventura autoritária que pusesse em risco o programa vencedor das urnas.

Forte parceiro na agenda de manutenção do Estado Democrático de Direito, o Congresso Nacional atuou para aprovar o novo marco fiscal, que dota o poder público da capacidade de investir, sem negligenciar a responsabilidade com as contas públicas. Além disso, houve histórica aprovação da Reforma Tributária, que moderniza o sistema tributário nacional para adequá-lo aos desafios contemporâneos, ao lado da recriação de diversos programas sociais, como o Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e a fundamental política de valorização do salário-mínimo.

É fundamental consolidarmos este esforço em 2024, garantindo a combinação entre responsabilidade fiscal com responsabilidade social, destacando-se para tanto um conjunto de Medidas Provisórias que requerem prioridade no começo deste ano legislativo: MP 1206, que trata do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física; as MPs 1202 e 1208, que versam sobre Reoneração da Folha de Pagamento; a MP 1205, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação – MOVER; e a MP 1203, que reestrutura algumas carreiras do Poder Executivo Federal.

Para além dessas medidas imediatas e cruciais, este documento sistematiza uma proposta de agenda que, de maneira dinâmica e democrática, permanecerá em constante atualização à medida que novos projetos, de iniciativa do Executivo ou do Legislativo, se somem ao esforço de união e reconstrução.

Assim, esta agenda abrange projetos legislativos de grande impacto, agrupados em sete eixos temáticos que dialogam com o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027, quais sejam:

- Eixo 1: Reequilíbrio das contas públicas e aprimoramento da estrutura tributária
- Eixo 2: Ampliação de acesso ao crédito e melhoria do ambiente de negócios
- Eixo 3: Nova política industrial e financiamento do desenvolvimento
- Eixo 4: Transformação ecológica
- Eixo 5: Desenvolvimento Social e Cidadania
- Eixo 6: Plataformas Digitais
- Eixo 7: Estado, Justiça e Gestão Pública



Secretaria de Relações Institucionais (SRI)
Assessoria Especial

Eixo 1: Reequilíbrio das contas públicas e aprimoramento da estrutura tributária

- 1.1. **(CN) Reoneração da folha de pagamento:** [MP 1202/2023](#) - Revoga os benefícios fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, e os art. 7º a art. 10 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, desonera parcialmente a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, revoga a alíquota reduzida da contribuição previdenciária aplicável a determinados Municípios e limita a compensação de créditos decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado. *Situação: Aguardando designação dos membros da comissão.* Prazo 120 dias: 03/06/2024.

(CN) [MPV 1208/2024](#) – Revoga parcialmente a folha de pagamento de 17 setores econômicos. Revoga alguns dispositivos da MP 1202/2023. *Situação: Aguardando designação dos membros da comissão.* Prazo 120 dias: 26/06/2024.

(CD) [PL 493/2024](#) (Poder Executivo – **urgência constitucional**, sobresta a pauta a partir de 14/04/2024) Apresentação: 28/02/2024 – Revoga o benefício fiscal de que tratam os art. 7 a 10 da Lei nº. 12.546, de 2011, desonera parcialmente a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento. *Situação: Aguardando despacho do presidente da CD.*
- 1.2. **(CN) Aumenta a faixa de isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física:** [MPV 1206/2023](#) (Poder Executivo) Altera os valores da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física de que trata o art. 1º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007. Prazo 120 dias: 04/06/2024. *Situação: Aguarda instalação da comissão.*
- 1.3. **(CD) Regime Especial de Regularização de Ativos:** [PL 798/2021](#) (Sen. Rodrigo Pacheco (DEM-MG) Apresentação: 09/03/2021 – Reabre, por 120 dias, o prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), a fim de incentivar a regularização de recursos, bens e valores, de origem lícita, que não tenham sido declarados aos órgãos públicos brasileiros. Aprovado na CAE-SF, em caráter terminativo. Relator CAE-SF: Senador Renan Calheiros (MDB-AL). Recebido na Câmara. Relator CFT-CD: Deputado Paulo Guedes (PT-MG). Apresentado Requerimento de Urgência, pelo Deputado José Guimarães (PT-CE). Aprovado na CFT. *Situação: Relator CCJC-CD: Aguarda designação de relator.*
- 1.4. **(CD) – Conformidade Tributária e Aduaneira no âmbito da Receita Federal e devedor contumaz:** [PL 15/2024](#) (Poder Executivo – **urgência constitucional**, sobresta a pauta a partir de 19/03/2024) Institui programas de conformidade tributária e aduaneira no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e



Secretaria de Relações Institucionais (SRI)
Assessoria Especial

dispõe sobre o devedor contumaz e as condições para fruição de benefícios fiscais.
Situação: Aguarda despacho do Presidente da CD.

- 1.5. **(CD)** – **Cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação:** [PLP 459/2017](#) (Senador José Serra - PSDB/SP) Altera a Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, e a Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever o protesto extrajudicial como causa de interrupção da prescrição e para autorizar a administração tributária a requisitar informações a entidades e órgãos públicos ou privados. *Situação: Pronta para ser pautada no Plenário.*
- 1.6. **(SF)** **Abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos municípios com seus Regimes Próprios de Previdência Social:** [PEC 66/2023](#) (Senador Jader Barbalho - MDB/PA e outros). Abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos municípios com seus Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos e com o Regime Geral de Previdência Social. *Situação: na CCJ. Recebido o Relatório do Senador Carlos Portinho, com voto favorável à Proposta.*

Eixo 2: Ampliação de acesso ao crédito e melhoria do ambiente de negócios

- 2.1. **(CD)** **Nova Lei de Falência:** [PL 3/2024](#) (Poder Executivo – **urgência constitucional**, sobresta a pauta a partir de 19/03/2024) Apresentação: 10/01/2024. Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para aprimorar o instituto da falência do empresário e da sociedade empresária. *Situação: Aguarda despacho na Câmara.*
- 2.2. **(CD)** **Atualização Monetária e Juros:** [PL 6233/2023](#) (Poder Executivo – **urgência constitucional**, sobresta a pauta a partir de 19/03/2024) Apresentação: 26/12/2023. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para dispor sobre atualização monetária e juros. *Situação: Aguarda despacho do Presidente da CD.*
- 2.3. **(CD)** **Sistema Nacional de Seguros Privados:** [PLP 101/2023](#) (Poder Executivo – **urgência regimental**) Apresentação: 28/04/2023 - Regula as operações de seguros e resseguros. Tem o objetivo de possibilitar que cooperativas de seguros possam ampliar o leque de ramos de atuação em seguros além dos já permitidos: seguro rural, saúde e acidentes de trabalho. Apensado ao [PLP 519/2018](#). Relatoria CD do PLP 519/2018: Deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP). *Situação: Matéria pronta para apreciação do Plenário da CD.*



Secretaria de Relações Institucionais (SRI)
Assessoria Especial

- 2.4. **(CD) Transparência arbitragem e sistema tutela privada:** [PL 2925/2023](#) (Poder Executivo – retirada urgência) Apresentação: 02/06/2023 – Dispõe sobre a transparência em processos arbitrais e sobre o sistema de tutela privada de direitos de investidores do mercado de valores mobiliários, objetivando a tutela dos direitos de acionistas minoritários contra prejuízos causados por atos ilícitos de acionistas controladores e administradores de companhias abertas. O PL altera a Lei 6.385/1976 (Lei da CVM), e a Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas) - Tutela Privada. *Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados e definição de relator na CD.*
- 2.5. **(CD) Instituições Sistema de Pagamentos Brasileiro:** [PL 2926/2023](#) (Poder Executivo – retirada urgência) Apresentação: 02/06/2023 – Dispõe sobre as instituições operadoras de infraestruturas do mercado financeiro no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) - Infraestrutura Mercado Financeiro, atualizando legislação de acordo com boas práticas internacionais. Aprovado REQ para realização de audiência pública. *Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados e definição de relator na CD.*
- 2.6. **(CD) Resolução Bancária:** [PLP 281/2019](#) (Poder Executivo). Apresentação: 23/12/2019. Dispõe sobre os regimes de resolução (regimes especiais: liquidação e estabilização). Adapta a legislação doméstica aos padrões internacionais definidos pelo FSB, após crise financeira internacional de 2008/2009. Maior segurança e robustez no Sistema Nacional Financeiro (SFN). *Situação: Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa.*
- 2.7. **(SF) Normas de Seguro Privado:** [PLC 29/2017](#) (Dep. José Eduardo Cardozo - PT/SP). Apresentação: 13/05/2004. Dispõe sobre a instituição de novo regime para a contratação de seguros no Brasil. Projeto contribui para o desenvolvimento do mercado de seguros no país, com maior proteção dos segurados. Aprovado na Câmara em abril de 2017. Relator CCJ-SF: Senador Jader Barbalho (MDB-PA). *Situação: Relatório favorável, nos termos da Emenda Substitutiva. Pronto para pauta na comissão.*
- 2.8. **(SF) Execução extrajudicial:** [PL 6204/2019](#) (Sen. Soraya Thronicke - PSL/MS). Apresentação: 27/11/2019. Dispõe sobre a desjudicialização da execução civil de título executivo judicial e extrajudicial. Contribui para o desenvolvimento do mercado de crédito, com redução dos custos de recuperação de garantia. Ampliação da oferta de crédito e redução das taxas de juros aos consumidores finais. *Situação: Aguardando designação de relator na CCJ-SF.*



Secretaria de Relações Institucionais (SRI)
Assessoria Especial

Eixo 3: Nova política industrial e financiamento do desenvolvimento

- 3.1. **(CN) Programa Mobilidade Verde e Inovação – MOVER:** [MPV 1205/2023](#) (Poder Executivo) Institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação - Programa MOVER. Prazo 120 dias: 14/06/2024. *Situação: Aguardando designação dos membros da comissão.*
- 3.2. **(CD) Letra de Crédito e Desenvolvimento:** [PL 6235/2023](#) (Poder Executivo) Apresentação: 26/12/2023. Institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento e altera a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017. *Situação: Aguarda despacho na Câmara.*
- 3.3. **(CD) Subsidiárias BNDES:** [PL 5719/2023](#) (Poder Executivo) Apresentação: 27/11/2023. Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social a constituir subsidiárias integrais ou controladas, e altera a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais. *Situação: Aguarda despacho na Câmara.*
- 3.4. **(CD) Depreciação Acelerada:** [PL 2/2024](#) (Poder Executivo – **urgência constitucional**, sobresta a pauta a partir de 19/03/2024) Apresentação: 03/01/2024. Autoriza a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados ao ativo imobilizado e empregados em determinadas atividades econômicas. *Situação: Aguarda despacho na Câmara.*
- 3.5. **(CD) Estratégia Nacional de Saúde:** [PL 2583/2020](#) (Dep. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP-RJ) – **urgência regimental** – Apresentação: 12/05/2020. Estabelece estratégia nacional para incentivo às indústrias nacionais que produzam itens essenciais ao sistema de saúde nacional, bem como a pesquisa e desenvolvimento de produtos, insumos, medicamentos e materiais, com vistas a dar autonomia ao nosso país quanto a produção destes itens. Concede incentivos à indústria brasileira de equipamentos, insumos e materiais médico-hospitalares para fortalecer o parque industrial, visando à autossuficiência na área da saúde. *Situação: Aguardando Parecer do Relator Dep. Clodoaldo Magalhães (PV-PE) na CSAUDE, em seguida matéria pronta para Pauta no Plenário.*
- 3.6. **(CD) Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste:** [PL 5786/2023](#) (Poder Executivo) Apresentação: 29/11/2023. Institui o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste para o período de 2024 a 2027. *Situação: Aguarda despacho na Câmara.*
- 3.7. **(CD) Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia:** [PL 5787/2023](#) (Poder Executivo) Apresentação: 29/11/2023. Institui o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia para o período de 2024 a 2027. *Situação: Aguarda despacho na Câmara.*



Secretaria de Relações Institucionais (SRI)
Assessoria Especial

- 3.8. **(CD) Plano Regional de Desenvolvimento no Nordeste:** [PL 5789/2023](#) (Poder Executivo) Apresentação: 29/11/2023. Institui o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste para o período de 2024 a 2027. *Situação: Aguarda despacho na Câmara.*
- 3.9. **(SF) - Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos:** [PL 196/2020](#) - (Deputado Federal Geninho Zuliani - DEM/SP) - dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde, e a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico. *Situação: na CCJ.*

Eixo 4: Transformação ecológica

4. **(CD) Produção de bioinsumos:** [PL 3668/2021](#) (Sen. Jaques Wagner - PT-BA) Apresentação: 19/10/2021 - Dispõe sobre a produção, o registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação, e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências. Relator SF: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). Aprovado no Senado, aguarda deliberação na Câmara. Relator CMADS-CD: Deputado Baleia Rossi (MDB-SP). Apresentado Requerimento de Urgência, pelo Deputado Antonio Brito (PSD-BA). Apresentado Requerimento de Apensação, pela Deputada Marussa Boldrin (MDB-GO). *Situação: Aguardando Parecer do Relator na CMADS.*
- 4.1. **(CD) Combustível do futuro:** [PL 4516/2023](#) (Poder Executivo) – **urgência regimental** – Apresentação: 15/09/2023. Objetiva incrementar a utilização de combustíveis sustentáveis e de baixa intensidade de carbono associado à tecnologia veicular nacional e contribuir com a descarbonização da matriz energética do transporte no país, em linha com compromissos ambientais assumidos pelo governo em fóruns internacionais de mudança climática. Apensado ao [PL 4196/2023](#), que está apensado ao [PL 528/2020](#). Apresentado Requerimento de Urgência Regimental, pelo Dep. Arnaldo Jardim. Relatoria CD do PL 528/2020 (principal): Deputado Arnaldo Jardim (CIDADANIA-SP). *Situação: Apresentado Requerimento de Apensação, pelo Deputado Felipe Francischini (UNIÃO/PR). Foi apresentado substitutivo ao PL 528/20, em 27.02. Texto discutido internamente no governo. Votação iminente.*



Secretaria de Relações Institucionais (SRI)
Assessoria Especial

- 4.2. **(SF) Hidrogênio de baixa emissão de carbono:** [PL 2308/2023](#) (Dep. Federal Gilson Marques – NOVO-SP) Apresentação: 03/05/2023. Institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono e dispõe sobre a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono; institui incentivos para a indústria do hidrogênio de baixa emissão de carbono; e institui o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro). *Situação: Tramitação concluída na CD. No Senado, aguarda-se designação de relator na CEHV - Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde.*
- 4.3. **(SF) Licenciamento ambiental:** [PL 2159/2021](#) (Dep. Luciano Zica – PT-SP e outros) Apresentação: 08/06/2004. Estabelece normas gerais para o licenciamento de atividade ou de empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz de causar degradação do meio ambiente. Relator CRA-SF: Senadora Tereza Cristina (PP-MS). Relator CMA-SF: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) *Situação: Aprovado na CD em 13/05/2021. Duas autuações no SF. Pronta para pauta na CMA-SF, parecer favorável com emendas.*
- 4.4. **(SF) Mercado de Carbono:** [PL 182/2024](#) (SF) e [PL 2148/2015](#) (CD) (Jaime Martins – PSD-MG) Apresentação: 30/06/2015. Estabelece redução de tributos para produtos adequados à economia verde de baixo carbono. NOVA EMENTA: Institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE); e altera as Leis nºs 12.187, de 29 de dezembro de 2009, 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos). Relator CD: Deputado Aliel Machado (PV-PR). O [PL 412/2022](#) (Sen. Chiquinho Feitosa – DEM-CE) foi declarado prejudicado, em face da aprovação da Subemenda Substitutiva Global ao PL 2148/2015. O texto do PL 412/2022 foi aproveitado no Parecer do principal. *Situação: Aprovado o PL 2148/2015 na CD, a matéria vai ao Senado Federal.*

Eixo 5: Desenvolvimento Social e Cidadania

5.

- 5.1. **(CD) Marco regulatório do fomento à cultura:** [PL 3905/2021](#) (Deps. Áurea Carolina - PSOL/MG, Benedita da Silva - PT/RJ, Túlio Gadêlha - PDT/PE - e outros) Apresentação: 05/11/2021. Estabelece o Marco Regulatório do fomento à cultura no âmbito dos distintos entes federativos. Relator CCJC-CD: Deputado Tarcísio Motta (PSOL-RJ). Aprovado o Parecer. Recurso contra apreciação conclusiva de comissão. Recurso



Secretaria de Relações Institucionais (SRI)
Assessoria Especial

rejeitado, a matéria segue o trâmite inicialmente previsto. *Situação: Recebido na CCJC para elaboração da Redação Final.*

- 5.2. **(CD) Política Nacional de Ensino Médio:** [PL 5230/2023](#) (Poder Executivo) – **urgência regimental** – Apresentação: 26/10/2023 – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e define diretrizes para a política nacional de ensino médio. Relator CD: Deputado Mendonça Filho (UNIÃO-PE). Aprovado REQ para realização de AP. *Situação: Apresentado Parecer Preliminar de Plenário. Requerimento de Apensação, pelo Deputado Bacelar (PV-BA).*
- 5.3. **(SF) Política cultural e garantia dos direitos culturais:** [PL 5206/2023](#) (SF) e [PL 9474/2018](#) (CD) (Dep. Chico D'Angelo - PT-RJ) Apresentação: 06/02/2018 - Estabelece as diretrizes para a política cultural e para a garantia dos direitos culturais, bem como disciplina o Sistema Nacional de Cultura para organizar a gestão pública. Aprovado terminativamente na Câmara. Relator CCJC-CD: Deputado José Guimarães (PT-CE). Em deliberação no Senado. Relator CCJ-SF: Senadora Augusta Brito (PT-CE). *Situação: Relatório favorável. Aprovado na CCJ. Encaminhado à CE. Pautado na CE de 05.03 - não terminativo.*
- 5.4. **(SF) Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas:** [PL 826/2019](#) (Dep. Domingos Sávio - PSDB-MG) Apresentação: 14/02/2019. Institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas. Relator CAS-SF: Senador Humberto Costa (PT-PE). Relator CE-SF: Senador Marcelo Castro (MDB-PI). Relatório favorável. *Situação: Aprovado na CAS e na CE. Aguarda apresentação de emendas perante a Mesa.*
- 5.5. **(CD) Regularização do Trabalho em empresas de aplicativos de transporte:** [PLP 12/2024](#) (Poder Executivo) Apresentação: 05/03/2024 – Dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos automotores de quatro rodas e estabelece mecanismos de inclusão previdenciária e outros direitos para melhoria das condições de trabalho. *Situação: aguardando despacho na Câmara.*

Eixo 6: Plataformas Digitais

6.

- 6.1. **(CD) PL das Fake News:** [PL 2630/2020](#) (Sen. Alessandro Vieira - CIDADANIA-SE) – **urgência (art. 154, RICD)** – Apresentação: 13/05/2020 - Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Relator na CD: Deputado Orlado Silva



Secretaria de Relações Institucionais (SRI)
Assessoria Especial

(PCdoB-SP). *Situação: Aprovado no SF, aguardando a criação da comissão temporária pela Mesa Diretora na CD.*

- 6.2. **(CD) Direitos autorais na Internet:** [PL 2370/2019](#) (Dep. Jandira Feghali - PCdoB-RJ) Apresentação: 16/04/2019 - Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais. Produto de um acordo na CD para retirar do PL 2630/2020 (FakeNews) todo o conteúdo que trata de direitos autorais e remuneração do jornalismo. Relator CD: Deputado Fred Linhares (REPUBLIC-DF). *Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Comunicação (CCOM).*
- 6.3. **(CD) e (SF) Regulação do VOD:** [PL 8889/2017](#) (Dep. Paulo Teixeira - PT-SP) Apresentação: 18/10/2017 - **urgência regimental** - Prevê cotas de conteúdo nacional nas plataformas de conteúdo audiovisual por demanda, bem como pagamento da Condecine (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional) pelas empresas de conteúdo *on demand*. Relator Plenário CD: Deputado André Figueiredo (PDT-CE). *Situação: Apresentado Parecer Preliminar de Plenário;*
No Senado, tramita também sobre o tema, o [PL 2331/2022](#) (Sen. Nelsinho Trad - PSD-MS) Apresentação: 23/08/2022 - Inclui a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da CONDECINE. Aguarda deliberação no Senado. Relator CE-SF: Senador Eduardo Gomes (PL-TO). Aprovado na CE. Relator CAE-SF: Senador Eduardo Gomes (PL-TO). Aprovado substitutivo integral, aguarda turno suplementar em apreciação terminativa. *Situação: Aguardando providências na CAE, discussão adiada até que seja cumprida a diligência.*
- 6.4. **(SF) Marco legal da Inteligência Artificial:** [PL 2338/2023](#) (Sen. Rodrigo Pacheco -PSD-MG) Apresentação: 03/05/2023 - Projeto fruto do trabalho de comissão de especialistas, prevê avaliação de riscos, responsabilização dos agentes envolvidos e direitos de pessoas eventualmente afetadas pela Inteligência Artificial. Tramita em conjunto com outras matérias e vão ao exame da Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial no Brasil. Relator CTIA-SF: Senador Eduardo Gomes (PL-TO). *Situação: Realizada AP. Prorrogação da CTIA por 120 dias – RQS 1102/2023.*

Eixo 7: Estado, Justiça e Gestão Pública

7.

- 7.1. **(CD) e (SF) Cadeia do Ouro:** [PL 3025/2023](#) (Poder Executivo - sem urgência) Apresentação: 13/06/2023 - Estabelece normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional, excluindo a presunção de boa-fé. Relator CD:



Secretaria de Relações Institucionais (SRI)
Assessoria Especial

Deputado Marx Beltrão (PP-AL). Apresentado Requerimento de Apensação pelo Deputado Odair Cunha (PT-MG) e pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras (PV-DF). *Situação: Apresentado Parecer Preliminar de Plenário pelo Deputado Marx Beltrão (PP-AL).*

No Senado, tramita também sobre o tema, o [PL 836/2021](#) (Sen. Fabiano Contarato - PT-ES). Relator CMA-SF: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO). Aprovado na CMA, nos termos do Substitutivo. *Situação: Terminativo na CAE. Relator CAE-SF: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO). Relatório pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo de sua autoria. Aprovado Requerimento para realização de Audiência Pública.*

- 7.2. **(CD) Acordo Regional sobre Acesso à Informação (“Acordo de Escazú”):** [MSC 209/2023](#) (Poder Executivo) Apresentação: 12/05/2023. Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (“Acordo de Escazú”), assinado em Nova York, em 27 de setembro de 2018". *Situação: Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário.*
- 7.3. **(CD) Crimes contra o Estado Democrático - aumento de pena:** [PL 3611/2023](#) (Poder Executivo - sem urgência) Apresentação: 24/07/2023 - Busca aperfeiçoar os dispositivos relacionados aos crimes contra o estado democrático. *Situação: definir relator na CD.*
- 7.4. **(CD) Crimes contra o Estado Democrático – bloqueio de bens:** [PL 3612/2023](#) (Poder Executivo - sem urgência) Apresentação: 24/07/2023 - Altera o Código de Processo Penal, para dispor sobre a apreensão de bens e o bloqueio de contas bancárias e ativos financeiros nos casos de crimes contra o Estado Democrático de Direito. *Situação: definir relator na CD.*
- 7.5. **(CD) Segurança nas escolas - Aumento de pena:** [PL 3613/2023](#) (Poder Executivo - sem urgência) Apresentação: 24/07/2023 - Altera o Código Penal, a Lei 8.072/1990, e o Código de Processo Penal, para estabelecer estratégia de prevenção e enfrentamento da violência nas dependências das instituições de ensino. Relator CD: Deputado Jorge Goetten (PL-SC). *Situação: Requerimento de Urgência, apresentado em 07/08/2023, pelo Líder José Guimarães.*
- 7.6. **(SF) PEC dos Militares:** [PEC 42/2023](#) (Sen. Jaques Wagner – PT-BA). Apresentação: 13/09/2023 - Regulamenta a participação de militares no processo eleitoral. Relatoria CCJ-SF: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO). *Situação: Relatório favorável à Proposta. Aprovado o Parecer na CCJ. Pronto para deliberação do Plenário, aguarda inclusão na Ordem do Dia.*



Secretaria de Relações Institucionais (SRI)
Assessoria Especial

Requerimento, do Senador Hamilton Mourão, de adiamento da discussão da matéria para reexame da CCJ.

- 7.7. **(CN) Reestruturação de Carreiras:** [MPV 1203/2023](#) (Poder Executivo) Dispõe sobre a criação das Carreiras de Especialista em Indigenismo, de Técnico em Indigenismo, e de Tecnologia da Informação, define o órgão supervisor e altera a remuneração do cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais, de que trata a Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009, e altera a remuneração das Carreiras e do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Mineração, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004. Prazo 120 dias: 14/06/2024. *Situação: Aguarda instalação da Comissão.*
- 7.8. **(CD) Unidade Gestora Única:** [PLP 189/2021](#) – (Poder Executivo) Apresentação: 11/11/2021 - Dispõe sobre a entidade gestora única do regime próprio de previdência social da União, nos termos do disposto no § 20 do art. 40 da Constituição. Altera a Lei nº 10.855 de 2004. Relator: Dep. Rogério Correia (PT-MG). *Situação: Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP).*
- 7.9. **(SF) Cotas raciais em concursos públicos:** [PL 1958/2021](#) (Sen. Paulo Paim – PT-RS) – **urgência regimental** – Apresentação: 26/05/2021 - Prorroga por mais 10 anos a reserva aos negros de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. A lei atual expira em 2024. Relator CDH-SF: Senador Paulo Paim – PT-RS (PT-ES). *Situação: Relatório favorável ao projeto, na forma do Substitutivo. Aprovado na CDH. Terminativo na CCJ. Relator CCJ-SF a definir (chance de ser Senador Humberto Costa).*